

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Paolo GENTILONI****Comissário indigitado para a Economia****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Tenho sido um cidadão europeu empenhado, desde sempre. Nasci numa altura em que os países da Europa forjavam uma nova forma de relação para afastar a guerra e a destruição que assolaram o nosso continente ao longo da história. Foi na cidade em que nasci que o Tratado que criou a Comunidade Económica Europeia foi assinado, era eu ainda criança. Roma foi o meu domicílio desde então, tendo o projeto europeu feito sempre parte da minha consciência política.

Sempre me senti motivado para o serviço público, a começar pelos meus estudos de ciência política. Durante muitos anos, fui jornalista na área da política, tendo enraizada em mim a importância da verdade e da transparência. Do jornalismo passei para a política, assumindo o cargo de vereador na cidade de Roma e em seguida de deputado ao Parlamento italiano, durante 18 anos, e assumindo mais tarde o cargo de ministro da Comunicação, ministro dos Negócios Estrangeiros e primeiro-ministro. No exercício destas funções, visitei frequentemente Bruxelas, o que contribuiu para consolidar a minha convicção de que os nossos países só podem prosperar se o fizerem em conjunto. Como primeiro-ministro, em março de 2017 tive o privilégio de organizar a comemoração do 60.º aniversário dos Tratados de Roma. Alcançar um consenso entre os Chefes de Estado e de Governo e as instituições da UE foi uma proeza notável.

Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, adquiri uma compreensão aprofundada da forma como as nossas relações internacionais afetam a nossa prosperidade interna. Participei no intenso trabalho necessário para definir posições comuns sobre certas questões-chave para a União Europeia, como a saída do Reino Unido. Durante a presidência italiana do G7, empenhei-me de modo particular, juntamente com os países que partilham a mesma visão e

todos os membros do G7, em criar as condições para um consenso sobre os principais desafios geopolíticos e económicos globais.

A presidente eleita tem sublinhado que a atual Comissão assumirá um papel geopolítico, o que, no mundo atual, é particularmente relevante no domínio económico e fiscal. Assistimos a uma insatisfação crescente em todo o nosso continente no que toca à repartição das oportunidades e à capacidade dos governos para assegurar uma contribuição justa por parte de todas as pessoas e todas as empresas. A internacionalização dos capitais e rendimentos móveis é uma realidade e nenhum governo pode, isolado, fazer face às consequências desse fenómeno. Se for confirmado como comissário, nortear-me-ei pela necessidade de garantir que continuamos a promover a economia social de mercado que é tão importante para o nosso bem-estar, na minha tarefa de conceber uma fiscalidade justa e eficaz.

Uma prioridade crítica ao longo do próximo mandato consistirá em adotar medidas eficazes no domínio da emergência climática que temos pela frente. Trata-se de um problema que, por definição, não conhece fronteiras, e relativamente ao qual estou particularmente empenhado, já desde há muito, como editor de «The New Ecology» há 35 anos. Para fazer face a este desafio é necessário agir em várias frentes, e a política económica e fiscal será vital para proporcionar o financiamento e os incentivos que tragam de volta a saúde para o nosso planeta.

Uma parte central da minha pasta será a vigilância económica. O crescimento inclusivo e a sustentabilidade ambiental devem andar a par. Enquanto membro do Parlamento durante os anos da crise, apercebi-me da importância de, por um lado, salvaguardar a sustentabilidade das finanças públicas e, por outro, poder prestar apoio económico em tempos adversos. Durante o meu mandato, empenhar-me-ei em elaborar uma agenda política que seja propícia ao crescimento e que estabeleça um compromisso adequado entre a necessidade de garantir a sustentabilidade a longo prazo e a necessidade de resolver simultaneamente eventuais problemas a curto prazo, através da devida flexibilidade no âmbito do conjunto de regras acordado a nível da UE. Trabalharei em colaboração com o Parlamento Europeu no sentido de propor um sistema europeu de resseguro para as prestações de desemprego, que proporcione um apoio europeu aos cidadãos que necessitam de tais prestações, e no momento em que delas necessitam. No quadro do InvestEU e do Plano de Investimento para uma Europa Sustentável, trabalharei no sentido de concretizar os investimentos, tão necessários, que contribuam para a realização dos nossos objetivos gerais, nomeadamente em matéria de neutralidade climática e de transição digital.

O meu compromisso para com a igualdade entre homens e mulheres faz parte do meu compromisso em prol do liberalismo e da democracia. Congratulo-me com o equilíbrio entre homens e mulheres no Colégio e acredito que é importante dar o exemplo. Comprometo-me a conseguir o mesmo no meu gabinete, e ao fazê-lo torná-lo-ei mais forte e mais apto a representar as necessidades e prioridades dos cidadãos europeus, independentemente de quem sejam e de onde se encontrem.

Estarei ao serviço da Comissão da presidente eleita Ursula von der Leyen com independência de qualquer influência externa e num espírito de colegialidade. Exercerei as minhas funções exclusivamente como europeu, mas fá-lo-ei com a mesma paixão e empenho com que trabalhei para a Itália e para Roma. Comprometo-me a respeitar os requisitos éticos estabelecidos no Tratado - na letra e no espírito - e fá-lo-ei com total transparência.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e dos pedidos em matéria de iniciativa legislativa formulados pelo Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

A responsabilização e o controlo parlamentar estão no cerne da democracia, e, como tal, dos nossos valores europeus comuns. Tendo sido um representante eleito durante quase duas décadas, como ministro e como primeiro-ministro, respondendo perante um parlamento nacional, fiz a experiência da responsabilização democrática de ambos os lados. A fim de reconquistar a confiança dos cidadãos na União Europeia, a transparência e a estreita participação do Parlamento Europeu assumem uma importância primordial. Se for confirmado como comissário para a Economia, trabalharei em estreita cooperação com o Parlamento e com os seus membros em todas as fases do processo de elaboração de políticas e do diálogo político. Procurarei atingir este objetivo, e, ao fazê-lo, respeitarei plenamente o disposto no Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» de 2016.

Enquanto antigo deputado e jornalista, acredito na transparência, na abertura, na confiança e no diálogo constante, como bases para a legitimidade e a boa governação. As orientações políticas e as cartas de missão da presidente eleita Ursula von der Leyen refletem plenamente estes princípios e salientam a intenção de reforçar a relação peculiar entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Subcrevo inteiramente o seu compromisso de envolver mais estreitamente o Parlamento Europeu nas questões de governação económica, nomeadamente comparecendo perante o Parlamento Europeu antes de cada marco essencial do exercício do Semestre Europeu. Congratulo-me igualmente, e subscrevo-o, com o compromisso da presidente eleita no sentido de dar seguimento às resoluções parlamentares aprovadas por maioria dos seus membros através de um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de «Legislar Melhor».

Se for confirmado como comissário, considerarei o Parlamento e o Conselho igualmente importantes quando atuam na qualidade de colegisladores, no meu trabalho como comissário, e assegurarei que este princípio é também respeitado no que toca à forma como as informações são partilhadas nas áreas sob a minha responsabilidade. Trata-se não só de um requisito legal, mas também de um ponto extremamente importante para um comissário que, enquanto membro do Colégio, responde perante os membros do Parlamento Europeu, diretamente eleitos. Pessoalmente, considero-o uma prerrogativa, enquanto europeu convicto e na medida em que acredito firmemente na democracia. Estarei disponível para participar regularmente nos trilogos, bem como nas reuniões plenárias e das comissões, a fim de me inteirar dos pontos de vista do Parlamento Europeu e dar resposta às suas preocupações, e assegurarei um fluxo de informação direto e regular com a presidência das comissões, bem como uma comunicação direta com os seus membros. Enquanto antigo jornalista, acredito que os cidadãos devem ser informados sobre as políticas e os debates a nível europeu, e que os deputados estão numa posição privilegiada para ajudar a realizar essa missão. Assegurarei também que o Parlamento Europeu seja regularmente informado, sobretudo antes de eventos

importantes e em fases críticas das negociações a nível internacional, nos domínios sob a minha responsabilidade.

A presidente eleita Ursula von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Assumi o compromisso de a sua Comissão dar seguimento às resoluções parlamentares aprovadas por maioria dos seus membros através de uma proposta legislativa, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de «Legislar Melhor». Subscrevo inteiramente este objetivo.

No âmbito do compromisso assumido pelo Colégio no sentido de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, trabalharei lado a lado com o Parlamento em todas as fases do debate das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares relevantes e a uma presença ativa durante a preparação das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. É minha convicção profunda que tal irá melhorar o diálogo, promover a confiança e o sentimento de que trabalhamos em conjunto para alcançar um objetivo comum.

Se for confirmado como comissário, assumirei total responsabilidade política pelas atividades na minha área de competência. A Comissão Europeia é uma instituição crucial, na qualidade de guardiã dos nossos Tratados e do legado dos pais fundadores da União Europeia, que terei a maior honra em servir. Enquanto futuro comissário, defenderei e promoverei ativamente o interesse geral da Europa, e agirei sempre no respeito do princípio da colegialidade. Trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente executivo indigitado Valdis Dombrovskis e com os outros membros do Colégio a fim de fazer avançar os seis domínios prioritários da presidente eleita Ursula von der Leyen, e, em particular, contribuir para um crescimento inclusivo e sustentável na Europa e aprofundar a União Económica e Monetária, promovendo simultaneamente o papel da Europa como líder mundial. Só trabalhando em conjunto para alcançar um objetivo comum, enquanto Colégio e como instituições da UE, podemos responder às exigências legítimas dos cidadãos europeus em termos de prosperidade, estabilidade e proteção.

3. Qual é a sua posição sobre a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento? Quais são as suas intenções quanto à próxima revisão do quadro orçamental da UE, especialmente no que diz respeito aos efeitos pró-cíclicos, aos investimentos, aos desequilíbrios macroeconómicos e à simplificação das regras?

O objetivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento é assegurar que os Estados-Membros coordenam as suas políticas orçamentais e asseguram a solidez das suas finanças públicas, fatores essenciais para promover o crescimento e manter a estabilidade. O Pacto visa prevenir e, se necessário, corrigir, os défices excessivos, a fim de manter a dívida em níveis sustentáveis. Sem prejuízo deste objetivo de sustentabilidade, o Pacto de Estabilidade e Crescimento destina-se igualmente a permitir a estabilização macroeconómica pela via orçamental. As diferenças a nível das condições económicas e dos rácios dívida/PIB entre os Estados-Membros, bem como a nível das preferências nacionais quanto ao ritmo adequado de redução da dívida, tornam muito difícil conciliar os objetivos de sustentabilidade e de estabilização. Torna igualmente difícil alcançar um consenso e um sentimento de apropriação quanto à trajetória de ajustamento adequada. Caso seja confirmado como comissário para a Economia e em consonância com as orientações políticas da presidente eleita von der Leyen, procurarei que a Comissão aplique o Pacto de Estabilidade e Crescimento, fazendo pleno uso

da flexibilidade permitida pelas suas regras. Tendo em conta o atual contexto de taxas de juro particularmente baixas, tal contribuirá para conseguirmos uma orientação da política orçamental mais propícia ao crescimento na área do euro, salvaguardando simultaneamente a responsabilidade orçamental. Por outro lado, o investimento e as reformas estruturais, ao reforçarem o crescimento potencial dão um contributo decisivo para a sustentabilidade da dívida. Tal como referido na minha carta de missão, a minha tarefa consiste em assegurar que a política económica promove o crescimento sustentável e proporciona aos cidadãos europeus a proteção e a estabilidade de que necessitam.

Estou ciente de que a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento operada em 2011 introduziu o reexame periódico das regras orçamentais. Nesse contexto, a Comissão tem de publicar uma avaliação do quadro orçamental da UE até ao final de cada ano. O Conselho Orçamental Europeu tem dado um contributo valioso para este processo. Esse reexame permitirá fazer um balanço do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da experiência adquirida até à data com a aplicação das regras nele inscritas. Será também uma fonte de orientações para o futuro. A subsequente consulta aos Estados-Membros e partes interessadas será ocasião de uma troca de pontos de vista e constituirá uma oportunidade para conciliar posições polarizadas, a fim de restabelecer a confiança. A minha experiência como primeiro-ministro ajudou-me a tomar particularmente consciência do facto de que a criação de consensos é essencialmente uma questão de confiança, de manter os compromissos assumidos e de trabalhar arduamente em prol de objetivos comuns. Com efeito, assegurar a apropriação e a aplicação efetiva das regras será fundamental nos próximos anos. O reexame proporcionará a base necessária para avaliar se se justifica uma atualização das regras. Será também a ocasião de fazer um balanço sobre outros elementos do chamado «six-pack» (pacote de seis medidas), em especial o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, que proporciona um quadro de vigilância para certos aspetos da evolução da economia que antes da crise financeira não eram abrangidos pelo âmbito da coordenação, como os desequilíbrios externos, a competitividade, os mercados da habitação ou o rápido aumento dos níveis de dívida privada. O procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos permitiu alargar o âmbito da vigilância e será necessário aplicá-lo de forma a corrigir os atuais desequilíbrios externos.

4. Como tenciona reformar o Semestre Europeu? Como tenciona concretizar o reforço da responsabilização democrática? Qual é a sua opinião sobre a integração de critérios sociais e ambientais?

Desde a sua criação, em 2011, o Semestre Europeu tem estado em constante evolução. Atualmente, aborda muitas dimensões da política social e económica. Tem-se dado, justificadamente, um enfoque cada vez maior às questões sociais: quase metade das recomendações específicas por país diz respeito a questões nos domínios do emprego, da educação, dos cuidados de saúde e da política social. No entanto, e tal como sublinhado pela presidente eleita, as políticas económicas recomendadas no âmbito do Semestre Europeu devem estabelecer um equilíbrio adequado entre os direitos sociais, a neutralidade climática da Europa e a competitividade da economia. A implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi uma conquista importante e representa um compromisso claro para com a economia social de mercado europeia. A próxima Comissão está empenhada em avançar com um plano de ação para implementar plenamente o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e orgulho-me de ter como incumbência liderar os trabalhos com vista a um sistema europeu de resseguro para as prestações de desemprego. Quero que o Semestre apoie estas grandes

iniciativas e ajude os Estados-Membros a promover uma convergência ascendente e a progredir no caminho da justiça social e do bem-estar, nomeadamente prestando mais atenção aos efeitos distributivos das políticas recomendadas. Contribuirei para concretizar o empenho da presidente eleita no sentido de reorientar o Semestre Europeu para torná-lo um instrumento que integre os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Os europeus fazem ouvir a sua voz alto e claro sobre a importância das questões climáticas e ambientais. Desde o início da minha carreira política, as questões ambientais têm assumido extrema importância para mim. Acredito firmemente que a sua relevância em toda a economia deve ser melhor reconhecida na coordenação das políticas económicas e sociais. O nosso objetivo primordial deverá ser assegurar uma estreita correspondência estratégica entre o Semestre e as várias dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, mantendo simultaneamente a tónica nos principais desafios da política económica com relevância macroeconómica. Comprometo-me a dar os primeiros passos nesta direção já no próximo ciclo do Semestre Europeu.

O valor real do Semestre Europeu reside em coordenar as nossas políticas em questões de interesse comum em termos de prosperidade económica sustentável, para que todos os Estados-Membros deem resposta aos desafios mais prementes com que se deparam. Temos o dever de ouvir e agir em conformidade com os interesses da Europa. Temos o dever de dar ouvidos às nossas sociedades, aos nossos parceiros sociais e, o que é ainda mais importante, a esta geração de jovens europeus que nos mostra a importância de agir em união. Se pretendemos realmente mudar para melhor, nunca será demais sublinhar a importância de um genuíno diálogo político, sobretudo tratando-se de reformas complexas e de implementação demorada. A apropriação das recomendações políticas no âmbito do Semestre é determinante para o seu impacto no terreno a longo prazo. Entendo que devemos dar maior protagonismo às estratégias de reforma económica e aos compromissos assumidos pelos próprios Estados-Membros. Defenderei o aprofundamento do diálogo com os Estados-Membros sobre as suas políticas, através de missões técnicas e políticas mais frequentes junto dos Estados-Membros e de uma avaliação concreta da Comissão sobre os planos de reforma dos Estados-Membros. Se for confirmado como comissário, tenciono dar o exemplo e visitar todos os Estados-Membros na primeira metade do mandato, para debater os principais desafios económicos e sociais com os representantes do governo, dos parlamentos nacionais e das partes interessadas pertinentes, em particular os parceiros sociais e a sociedade civil.

Estou igualmente empenhado em continuar a desenvolver a estreita parceria entre a Comissão e o Parlamento Europeu no domínio da governação económica. A Comissão já escuta atentamente os pontos de vista do Parlamento, nomeadamente expressos nos seus dois relatórios anuais sobre o Semestre Europeu. Estou convencido de que a sua voz pode ser mais forte e que o Semestre Europeu constitui uma forma privilegiada de estreitar a nossa colaboração. Se for confirmado como comissário, virei ao Parlamento Europeu antes de cada um dos marcos principais do Semestre Europeu, para discutirmos em conjunto os principais desafios que consideramos estarem em jogo e juntamente identificarmos as soluções para os ultrapassar. Acredito também firmemente que precisamos de tirar partido dos atuais esforços para chegar aos cidadãos e às partes interessadas. Enquanto representantes eleitos, os deputados ao Parlamento Europeu devem estar no centro dos nossos esforços conjuntos para ouvir diretamente os parlamentos nacionais e os cidadãos. A Semana Parlamentar Europeia anual, coorganizada pelo Parlamento Europeu e que reúne deputados de toda a UE, já constitui um contributo valioso para este fim, e estou empenhado em prosseguir e intensificar os nossos intercâmbios conjuntos.

5. Quais são as suas intenções quanto ao Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança?

A Comissão apresentou uma proposta de diretiva, em dezembro de 2017, que visa integrar o conteúdo do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança no quadro jurídico da União, tendo em conta a flexibilidade adequada incorporada no Pacto de Estabilidade e Crescimento e estabelecida pela Comissão desde janeiro de 2015. A proposta, que incorpora no direito da União os principais elementos do Tratado a fim de promover a solidez dos quadros orçamentais a nível nacional e é plenamente consentânea com as regras atualmente em vigor, tem por objetivo permitir que as partes contratantes cumpram o seu compromisso a este respeito. No entanto, o parecer do Parlamento ainda está pendente e não tem havido apoio suficiente à proposta no seio do Conselho. A avaliação do quadro orçamental da UE no final do ano constituirá uma oportunidade para fazer um balanço sobre esta questão. O Parlamento Europeu tem um papel importante a desempenhar para assegurar a transparência da aplicação das regras orçamentais e da responsabilização democrática.

6. Pode especificar as suas prioridades e o roteiro para uma agenda fiscal da UE? Enquanto comissário, que faria para promover um sistema de tributação mais moderno, mais simples e mais justo, em particular, tendo em conta a reforma fiscal internacional em curso, liderada pelo G20 (incluindo os debates sobre uma taxa efetiva mínima de imposto sobre as sociedades e a necessidade de pôr termo às práticas fiscais prejudiciais), a digitalização da economia e a agenda da UE para as alterações climáticas? Tenciona, se for caso disso, recorrer ao procedimento previsto no artigo 116.º do TFUE, que permite alterar o requisito de unanimidade no domínio fiscal?

A agenda fiscal da UE para os próximos anos será moldada pelos desafios que enfrentamos atualmente. Em primeiro lugar, a ambiciosa agenda de políticas ambientais e climáticas apresentada pela presidente eleita Ursula von der Leyen terá de incluir medidas decisivas em matéria de política fiscal. Em segundo lugar, continuará a ser essencial combater a fraude, a evasão e a elisão fiscais a nível da UE e a nível internacional, para que os Estados-Membros possam continuar a obter as receitas necessárias à prossecução da sua política económica e social. Em terceiro lugar, a evolução tecnológica e a globalização deram origem a novos modelos de negócio, que vieram sublinhar a necessidade de uma reforma do enquadramento internacional para os impostos sobre as sociedades. Além disso, as políticas fiscais são um instrumento importante para apoiar a competitividade da UE e estimular o investimento, o crescimento e o espírito empresarial no seu Mercado Único. Para explorar plenamente o seu potencial, as empresas devem ter mais facilidade em operar transfronteiras, e os cidadãos em trabalhar além-fronteiras. Se for confirmado como comissário, estas considerações estarão no foco da minha agenda para os próximos cinco anos, tanto na UE como através da coordenação das políticas fiscais nacionais, e intervirão na definição das minhas prioridades. Nos últimos anos, o Parlamento Europeu tem sido um aliado fundamental na prossecução da agenda fiscal. Espero poder contar com o mesmo nível de apoio para manter a dinâmica e realizar mais progressos em conjunto.

A fiscalidade pode desempenhar um papel direto na realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu. É por este motivo que, juntamente com o vice-presidente executivo indigitado para o Pacto Ecológico Europeu, trabalharei no sentido de garantir que o nosso sistema fiscal proporciona os incentivos adequados para nortear o comportamento dos

produtores, utilizadores e consumidores, assegura condições de concorrência equitativas e ajuda a compensar os grupos vulneráveis afetados por esta transição. Um dos principais objetivos será a modernização da Diretiva Tributação da Energia, que remonta a 2003. De acordo com um estudo recente, a diretiva está desatualizada e já não corresponde às necessidades atuais. Concretamente, não acompanhou a importante evolução observada a nível da UE e a nível internacional no domínio da eficiência energética e das alterações climáticas. O nível de ambição da modernização da Diretiva Tributação da Energia está interligado com a forma como será alargado o regime de comércio de licenças de emissão. Além disso, temos de garantir que a transição para uma UE com impacto neutro no clima deve ser feita de forma justa e socialmente equilibrada. Um regime de comércio de licenças de emissão da UE mais ambicioso, para se alcançar o objetivo de neutralidade climática até 2050, deve ser conjugado com medidas para evitar a fuga de carbono e preservar a vantagem competitiva da União; não podemos prescindir de condições de concorrência equitativas, sob pena de provocar um retrocesso económico e social e comprometer a consecução dos nossos objetivos em matéria de clima. Por este motivo, a presidente eleita propôs a introdução de um imposto sobre o carbono nas fronteiras. A sua configuração terá de ser cuidadosamente desenhada para exercer pressão política sobre os retardatários em matéria climática, obrigando-os a agir, a fim de garantir que as empresas da UE podem competir em condições de concorrência equitativas e ser plenamente compatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio.

A luta contra a fraude, a evasão e a elisão fiscais é crucial para manter a solidez das finanças públicas e assegurar o financiamento dos bens públicos como a educação e os cuidados de saúde de qualidade. Nos últimos anos, registaram-se progressos substanciais em matéria de transparência fiscal, cooperação administrativa e luta contra a elisão fiscal. No entanto, são necessários mais esforços e darei prioridade à promoção desta agenda. Quero simplificar a vida dos contribuintes que cumprem as regras e centrar as ações punitivas naqueles que não o fazem. A minha estratégia assentará em três pilares: i) aumentar a segurança fiscal e facilitar o cumprimento das regras; ii) combater a fraude e a evasão fiscais; iii) adaptar o quadro de governação fiscal da UE, nomeadamente através do reforço da cooperação entre os Estados-Membros. Continuarei também a trabalhar para a criação de um sistema definitivo de imposto sobre o valor acrescentado, à prova de fraude, que funcione para o Mercado Único. A luta contra a fraude, a evasão e a elisão fiscais não deve limitar-se à UE. Devemos também implementar medidas mais rigorosas para combater os regimes fiscais prejudiciais em todo o mundo. A este respeito, a lista comum da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais registou progressos sem precedentes. A UE está agora em diálogo direto com os nossos principais parceiros em matéria fiscal. Os nossos parceiros tomaram medidas importantes para pôr termo às práticas fiscais prejudiciais e melhorar a cooperação em matéria fiscal. Creio que se trata de um domínio em que ainda é possível obter melhorias, nomeadamente para se chegar a acordo sobre medidas defensivas coordenadas significativas que se apliquem aos países constantes da lista e para melhorar a transparência do processo.

O atual enquadramento internacional do imposto sobre as sociedades está desfasado da realidade da economia moderna. É demasiado complexo e não garante que os lucros são tributados no território onde são gerados. Embora estes desafios não se limitem ao setor digital, são particularmente patentes e prementes no que toca à fiscalidade da economia digital. Juntamente com a vice-presidente executiva indigitada para a pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital», assegurarei que a Comissão e a UE em geral lideram os esforços internacionais no sentido de encontrar uma abordagem comum em matéria de fiscalidade da economia digital a nível do G20 e da Organização de Cooperação e de

Desenvolvimento Económicos. Os próximos meses serão cruciais para se realizar progressos neste domínio. Se for alcançado um acordo global eficaz, será necessária uma implementação coordenada a nível da UE, a fim de reduzir os custos de conformidade e aumentar a segurança fiscal para as empresas. Se não for alcançado um acordo eficaz a nível internacional até ao final de 2020, a UE terá de agir sozinha. Precisamos de uma solução a nível da UE que proporcione uma solução para os desafios da economia digital, traga benefícios para a UE e nos permita chegar a um acordo entre os Estados-Membros. Estou igualmente determinado a efetuar progressos no seio da UE no sentido de tornar o sistema fiscal mais favorável para as empresas e mais propício ao crescimento, ao investimento e à inovação. O sistema fiscal da UE deve ser mais simples, mais claro e de utilização mais fácil. A este propósito, considero que os trabalhos sobre uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades como parte fulcral desta agenda que visa tornar os nossos sistemas fiscais mais simples, claros e fáceis de utilizar.

Para assegurar que podemos fazer face a todos estes desafios, é minha convicção, tal como expresso na minha carta de missão, que devemos tirar pleno partido das cláusulas dos Tratados que permitem que as propostas em matéria de fiscalidade sejam adotadas por codecisão e votação por maioria qualificada. A fiscalidade é um dos últimos domínios de intervenção da UE em que o processo de decisão assenta exclusivamente na unanimidade. Nos últimos anos, os novos desafios que emergiram na UE e a nível mundial vieram realçar as limitações do princípio da unanimidade no que toca à fiscalidade e à nossa capacidade de reagir rapidamente. Na economia digital e mundial de hoje, a UE tem de estar apta a ajustar, mais rapidamente e com maior eficiência, a sua política fiscal à evolução das necessidades. Além disso, ao abrigo das atuais regras o Parlamento Europeu tem um papel meramente consultivo. Um genuíno papel decisório do Parlamento no âmbito do processo legislativo ordinário tornaria mais eficiente o processo de tomada de decisão em matéria fiscal. Uma transição progressiva e focalizada para a votação por maioria qualificada e para o processo legislativo ordinário poderão tornar mais flexível e mais democrática a elaboração das políticas da UE. Neste contexto, o artigo 116.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia oferece uma via alternativa para o recurso à votação por maioria qualificada. O seu mecanismo poderia ser desencadeado caso se constatasse uma distorção da concorrência no mercado interno devida à divergência das normas nacionais. Estou disposto a utilizá-lo daqui em diante, quando estejam reunidas as condições legais.

7. Que faria concretamente para melhorar o funcionamento da UEM? Quais são as suas intenções quanto à criação do sistema europeu de resseguro de desemprego?

O euro, a nossa moeda comum, é um símbolo da nossa unidade. Nos últimos anos, registaram-se progressos para reencaminhar os Estados-Membros e a economia da área do euro no seu conjunto para trajetórias de crescimento seguras e sustentáveis. No entanto, a economia está a abrandar e vislumbram-se riscos no horizonte. Um progresso rápido na conclusão da União Económica e Monetária é uma parte essencial da nossa resposta estratégica, contribuindo também para colmatar os persistentes fossos em termos de coesão social e de desempenho económico no seio da União Europeia. Temos de tirar lições dos últimos anos: apesar dos resultados alcançados, a natureza incompleta da União Económica e Monetária pode conduzir a resultados macroeconómicos insuficientes. São necessárias novas reformas para que a área do euro beneficie de um crescimento mais forte, mais sustentável e inclusivo e esteja melhor protegida contra as recessões económicas, sendo de realçar a importância dos progressos no aprofundamento da União Económica e Monetária, que

favoreceriam também a confiança no mercado num contexto em que se acumulam os riscos que impendem sobre a economia mundial. Tal é também essencial para promover o papel internacional do euro e o papel da Europa na governação mundial. Temos de continuar a promover a reforma do nosso sistema de governação comum e das nossas economias nacionais, empenhando-nos simultaneamente num ambicioso plano de investimento para uma Europa sustentável e lançando o futuro programa InvestEU. Temos de estar à altura dos desafios do nosso tempo.

Nas suas orientações políticas, a presidente eleita Ursula von der Leyen sublinhou que o aprofundamento da União Económica e Monetária será prioritário nos próximos cinco anos. A curto prazo, tal significa traduzir as medidas acordadas na Cimeira do Euro de junho de 2019 em resultados concretos. Trata-se nomeadamente de um instrumento orçamental para a convergência e a competitividade na área do euro, concebido para apoiar as reformas estruturais e o investimento nos Estados-Membros, e ainda de um mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução.

São também imprescindíveis novos esforços coletivos para fazer avançar o aprofundamento da União Económica e Monetária. Uma prioridade fundamental é avançar rumo a uma União Financeira, completando a União Bancária e adotando novas medidas com vista à União dos Mercados de Capitais. Um mercado de capitais forte, integrado e resiliente é o melhor ponto de partida para que a moeda única seja mais utilizada a nível internacional, e uma União Económica e Monetária completa reforçará a sua credibilidade.

A presidente eleita anunciou a sua intenção de propor um sistema europeu de resseguro para as prestações de desemprego. Este sistema reforçaria a coesão social, assegurando a proteção dos cidadãos de toda a UE em caso de perda de emprego. Ajudaria os Estados-Membros a atenuar mais rapidamente os choques económicos e a evitar repercussões negativas. É essencial que a arquitetura desse sistema tenha em conta uma série de restrições de natureza económica e política. Concretamente, deve garantir-se que: i) não existem transferências permanentes entre Estados-Membros; ii) o apoio é prestado em tempo útil e apenas em caso de choques significativos; iii) o sistema não cria desincentivos a que os Estados-Membros conduzam políticas orçamentais sólidas e implementem as reformas estruturais necessárias. Tendo em conta estas restrições, a criação de um sistema europeu de resseguro para as prestações de desemprego continua a ser um elemento essencial para completar a arquitetura da União Económica e Monetária.